

HABEAS CORPUS Nº 567.139 - RJ (2020/0069207-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSÂNGELA MARTINS ALCANTARA ZAGAGLIA - RJ032100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : B L DE C (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de B. L. DE C. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0025990-49.2018.8.19.0004 de relatoria do Desembargador JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO).

Depreende-se dos autos que ao paciente foi aplicada a medida socioeducativa de internação, com fulcro no disposto no art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser cumprida em instituição indicada pelo DEGASE/CTR, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, *caput*, § 2º, inciso II (duas vezes), na forma do art. 71, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 78/84).

Segundo a acusação (e-STJ fls. 75/76):

No dia 13 de julho de 2018, por volta das 19hs, na Rua [...], bairro Bandeirantes, nesta cidade, os REPRESENTADOS, agindo de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios entre si e com o maior [W C P] e outro elemento ainda não identificado, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo e palavras de ordem, subtraíram, para os mesmos, o veículo Fiat Grand Siena, cor prata, ano 2014, placa [...], de propriedade de M.M.L. DE F.

Ainda no mesmo dia, por volta das 19:15hs, na Rua [...], bairro Colubandê, nesta cidade, os REPRESENTADOS, agindo de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios entre si e com o maior [W C P] e outro elemento ainda não identificado, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo e palavras de ordem, subtraíram, para os mesmos, um aparelho de telefone celular, marca Asus, cor branca, modelo [...], de propriedade de J.P. DA S.S. (Grifei.)

Interposta apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso

em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 21/23):

PENAL. PROCESSO PENAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APELAÇÃO DEFENSIVA. REPRESENTAÇÃO PELO ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO, DUAS VEZES, NA FORMA DE CRIME CONTINUADO (ARTIGO 157, §2º, INCISO II, E §2º-A, INCISO I (DUAS VEZES), N/F DO ARTIGO 71, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO, POR ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS, DUAS VEZES, NA FORMA DE CRIME CONTINUADO (ARTIGO 157, §2º, INCISO II, (DUAS VEZES), N/F DO ARTIGO 71, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. NO MÉRITO, PLEITO DE ABRANDAMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA APLICADA. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS RECURSOS DE APELAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 198, VI, DO ECA. LEI Nº 12.010/2009. INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA RECURSAL CÍVEL À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO INTEGRAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PRETENSÃO DE ABRANDAMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA QUE NÃO SE ACOLHE, NÃO OBSTANTE VERIFICAR-SE A NÃO INCIDÊNCIA DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA - SIMULACRO DE ARMA DE FOGO UTILIZADO. ATO INFRACIONAL COMETIDO COM GRAVE AMEAÇA CONTRA AS VÍTIMAS. INTERNAÇÃO QUE SE MOSTRA, NO CASO CONCRETO, A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA ADEQUADA PARA A PROTEÇÃO DO PRÓPRIO MENOR. CORREPRESENTADO CUJO APELO RESTOU DESPROVIDO COM A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO.

Daí o presente *writ*, no qual sustenta a defesa ilegalidade na imposição da medida socioeducativa de internação ao adolescente.

Ressalta que, nos termos do art. 122, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação só é cabível caso não haja outro meio capaz de atingir a finalidade da socioeducação.

Assere que "*as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, se inobservados os requisitos legais, representam, em verdade, uma*

agressão à dignidade humana do adolescente, violando o princípio da proteção integral" (e-STJ fl. 8).

Destaca que, no caso, a medida imposta ao adolescente deu-se com base, apenas, na gravidade abstrata dos atos infracionais, o que vai de encontro ao disposto no art. 42, § 2º, da Lei n. 12.594/2012.

Acrescenta que, *"não obstante o ato infracional praticado pelo adolescente – roubo majorado – trazer como elementos a violência e grave ameaça, isto, por si só, não se presta como fundamento para o não deferimento de medida menos gravosa. Ora, o adolescente foi internado com base na previsão legal do artigo 122, inciso I do ECA. Ocorre que tal medida, apesar de tecnicamente correta na época, não pode se eternizar, somente podendo ser mantida mediante motivação idônea, sob pena de violação aos já citados princípios da brevidade e excepcionalidade, mandamentos estes que regem a aplicação do Estatuto Juvenil e possuem regência e guarida constitucional" (e-STJ fl. 9).*

Afirma, ainda, que *"outro importante fator a ser considerado no cumprimento das medidas socioeducativas de internação no Estado do Rio de Janeiro, são as péssimas condições dos locais onde estas são cumpridas, o que não contribui em nada para a socialização do adolescente e sua reinserção social. Tais ambientes, precários e superlotados, lamentavelmente, acabam por degradar os internos, funcionando como verdadeiras 'escolas da criminalidade'" (e-STJ fl. 15).*

Requer *"seja deferida liminar para que o Paciente aguarde o julgamento de writ em liberdade, pois presentes os pressupostos autorizadores. No mérito, requer a concessão da ordem para que seja substituída a medida socioeducativa em meio fechado que atualmente cumpre, por medida mais branda, preferencialmente em meio aberto" (e-STJ fl. 19).*

O pedido liminar foi indeferido às (e-STJ fls. 88/91).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela **denegação** da ordem (e-STJ fls. 102/105).

É o relatório.

Decido.

Não assiste razão à impetrante.

Isso, porque, na linha da jurisprudência desta Corte, *"a prática de ato infracional análogo ao crime de roubo circunstanciado, no qual o agente emprega violência ou grave ameaça à vítima, autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação, por enquadrar-se na previsão do art. 122, inciso I, da Lei n. 8.069/90, mormente quando destacada pelas instâncias de origem a gravidade concreta da conduta"* (AgRg no HC n. 343.216/MS, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe de 1º/2/2017).

Nesse mesmo sentido:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 2º, I, II, e V, C.C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 122 DO ALUDIDO ESTATUTO. ATO INFRACIONAL COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL. PROVIDÊNCIA JUSTIFICADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Tratando-se de habeas corpus substitutivo de recurso especial, inviável o seu conhecimento.

2. Diante da prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo circunstanciado (tentado), está autorizada a aplicação da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. "Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente". (HC 366.169/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 17/10/2016). Ressalva do entendimento da Relatora.

4. A insistente reiteração no cometimento de ato infracional (o paciente possui não apenas uma, mas duas passagens pela Vara da Infância e Juventude pelo cometimento de atos infracionais equiparados aos crimes de tráfico de drogas e porte de arma), bem como a aplicação de medidas menos gravosas (prestação de serviços à comunidade e semiliberdade), que não alcançaram o objetivo de

Superior Tribunal de Justiça

afastá-lo da prática de ato infracional, autorizam a imposição da medida de internação.

5. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 380.842/DF, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 15/02/2017.)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE ROUBO QUALIFICADO E ESTUPRO. GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA À PESSOA. REITERAÇÃO INFRACIONAL. ART. 122, I E II, DO ECA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. *O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação somente nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.*

Na hipótese dos autos, a medida de internação foi imposta em razão de ter sido atribuído ao recorrente atos infracionais praticados com violência e grave ameaça à pessoa, qual seja roubo qualificado e estupro, bem como em razão do fato de que o adolescente "já teria praticado, anteriormente, outros atos infracionais", restando justificada a medida mais gravosa com fulcro no disposto no art. 122, I e II, da Lei n. 8.069/90, não havendo que se falar, portanto, aguardar o trânsito em julgado da sentença em liberdade.

Recurso em habeas corpus desprovido. (RHC 70.425/BA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 14/12/2016.)

Ante o exposto, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu em conformidade com o entendimento firmado nesta Corte Superior, **denego a ordem de habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator